

FONTE : GM

CLASS. : 15

DATA : 04 06 91

PG. : 25

PESQUISA

Diagnóstico da Amazônia pode ficar incompleto por falta de verbas

por Verônica Couto
do Rio

O Brasil vai enfrentar os debates da Conferência sobre meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, em 1992, com seu grande diagnóstico nacional sobre a Amazônia incompleto. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) está recorrendo a sobras de orçamento para realizar o projeto, embora já devesse ter recebido do governo cerca de Cr\$ 100 milhões, desde novembro do ano passado.

O diretor de geociência do IBGE, Mauro Pereira de Mello, admite que o atraso na consolidação dos dados pode deixar o Brasil em uma posição desconfortável frente às pressões internacionais sobre a região. Dispor deste levantamento, concluído em junho de 1992, representaria para o governo brasileiro, na sua opinião, "a melhor demonstração de seriedade na abordagem da questão amazônica", avaliou.

O projeto integral está orçado em Cr\$ 650 milhões que seriam aplicados ao longo de 26 meses, incluindo nesta conta a última fase do programa, de interação dos resultados às ações estaduais e municipais locais. Os recursos deveriam ser repassados ao IBGE como encargos gerais na União e através do Fundo Nacional de Meio Ambiente.

ACIDENTES

Petrobrás pode ser acionada

O secretário estadual do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Alaôr Caffé, disse ontem que a Petrobrás poderá ser acionada judicialmente para ter uma ação mais eficaz na prevenção de derramamentos de óleo no canal de São Sebastião, no litoral norte. Nos últimos treze anos foram registrados 100 vazamentos na região.

A primeira fase do diagnóstico amazônico deve ser divulgada pelo IBGE até o final da semana com um zoneamento das potencialidades econômicas da Amazônia Legal, agrangendo áreas aplicáveis a agricultura, extrativismo vegetal e mineral. Pereira de Mello advertiu que as potencialidades identificadas no trabalho não estão ainda acompanhadas das suas respectivas restrições ou limites ambientais, que constituem a segunda etapa do levantamento.

"Ou seja, não significa que todo o potencial apresentado pode ser explorado ou produzido. É evidente que não, sob risco de degradação completa da região", ressaltou o diretor de geociências do IBGE. Estes dados serão agora articulados com a chamada "sustentabilidade" dos ambientes naturais, ou ecossistemas, para definir as reais possibilidades de ocupação econômica da Amazônia.

O resultado deste cotejamento de informações consiste no diagnóstico que deveria estar, mas não estará, pronto para a Conferência da ONU, em 1992. Pereira de Mello informou que os dados podem estar disponíveis, mas sem crítica ou hierarquia. Por isso, a base de argumentação brasileira nas discussões sobre a Amazônia durante o evento estará calçada em estudos de casos, entre os quais destacou os deslocamentos no eixo da BR-364 e o redimensionamento da utilização de carvão vegetal no programa Grande Carajás para fins siderúrgicos.

O diretor do IBGE participou, ontem no Rio, da abertura da Semana do Meio Ambiente — IV Simpósio sobre Recursos Naturais e Meio Ambiente, promovido pelo órgão na sede da Petrobrás. Ele lembrou que o 10º Recenseamento Geral do Brasil, que se inicia em 1º de setembro, irá incorporar desta vez áreas de proteção ambiental e reservas ecológicas.